

Estudo Técnico Preliminar 18/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 08361.002471/2025-21

2. Descrição da necessidade

2.1. A presente contratação tem como objetivo aquisição de material de consumo (água mineral) para atender ao consumo imediato do público em geral e de servidores da Superintendência Regional de Polícia Federal no Amapá (SR/PF/AP).

2.2. A necessidade da referida contratação fundamenta-se no fato do objeto em questão "água mineral natural" ser gênero de primeira necessidade. A contratação visa suprir o consumo diário de servidores, colaboradores terceirizados, estagiários e usuários externos atendidos no órgão supracitado.

2.3. O material de consumo (água mineral), objeto da contratação a ser adquirido na modalidade de Dispensa Eletrônica com fundamento no Artigo 75, inciso II da Lei 14.133/2001, do Tipo Menor Preço por item junto a fornecedores no mercado local, regional e nacional, visa assegurar a segurança e saúde das pessoas no consumo em conformidade à Instrução Normativa ANVISA nº 60, de 23 de dezembro de 2019, que estabelece as listas de padrões microbiológicos para alimentos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SELOG/SR/PF/AP	Breno Teixeira Guedes

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. DOS REQUISITOS DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

4.1.1. A descrição do produto será especificada neste Estudo Técnico Preliminar e integra o rol de documentos disponibilizados no Catálogo Eletrônico de Padronização para a fase preparatória da licitação, nos termos do inciso LI do art. 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do inciso I do art. 5º da Portaria Seges/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022.

4.1.2. O bem objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme preceituado no art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto são descritos de forma objetiva no instrumento convocatório da presente contratação. O material de consumo a ser adquirido (água mineral) obedece a padronização usual de mercado podendo ser facilmente fornecidos por uma grande quantidade de fornecedores locais, regionais e nacionais sem restrição do caráter competitivo do certame licitatório.

4.1.3 O fornecedor contratado deverá efetuar a entrega do material em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local de entrega constantes neste Estudo Técnico preliminar (ETP), no Termo de Referência (TR) e no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

4.1.4. A contratada deverá entregar o material, imediatamente após o recebimento da solicitação da Contratante, no seguinte endereço:

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO AMAPÁ - SR/PF/AP

Endereço: Rodovia Norte/Sul, s/nº, Infraero, Macapá/AP - CEP 68.908-910

4.1.5. O líquido água mineral natural, sem gás, objeto da contratação, deve atender às características microbiológicas e não conter concentrações acima dos limites máximos permitidos das substâncias químicas prejudiciais à saúde, estabelecida em Regulamento Técnico próprio, especialmente, a Instrução Normativa nº 60, de 2019, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

4.1.6. A embalagem, retornável ou descartável, deve ser isenta de danos físicos como amassamentos, fissuras ou qualquer outra avaria que possa comprometer a qualidade da água mineral natural e, ainda, deve atender às especificações da Anvisa e às normas ABNT NBR nº 14.222/2019 - Embalagem plástica para água mineral e potável de mesa - Garrafão retornável - Requisitos e métodos de ensaio e NBR nº 15.395/2006, que estabelece os requisitos mínimos de qualidade e os métodos de ensaio exigíveis para garrafas sopradas de PET, personalizadas ou genéricas, não retornáveis, destinadas ao acondicionamento de refrigerantes e águas, e em legislação específica.

4.1.7. O rótulo da embalagem deve ser aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), conforme dispõe a Portaria MME nº 470, de 1999.

4.1.8. As especificações referentes ao envase, fechamento, armazenamento, transporte e certificação devem seguir as exigências contidas na Resolução RDC nº 173, de 2006, da Anvisa, e em legislação específica.

4.1.9. O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior ao maior dos seguintes prazos: 3 (três) meses, ou a dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante.

4.1.10. Mesmo tendo ocorrido o recebimento definitivo do material, caso, no momento do uso, esse apresente defeito ou sejam impróprios para o consumo, deverá ser trocado pela empresa fornecedora, em prazo máximo de 2 (dois) dias do recebimento da comunicação oficial da SR/PF/AP, sob pena de incorrer em ato que justifique sanção administrativa.

4.1.11. Só será permitida a aquisição de água mineral junto às empresas que apresentem os seguintes documentos do fabricante do produto:

4.1.11.1. Publicação no Diário Oficial da União de Outorga de concessão de lavra de água mineral;

4.1.11.2. Publicação no Diário Oficial da União de Aprovação do rótulo da embalagem da água (Portaria nº 470 de 24/11/1999 do Ministério de Minas e Energia).

4.1.12. As empresas deverão comprovar a referida autorização no momento da apresentação da documentação de proposta de preço.

4.1.13. Descrição do item a ser contratado:

Item 1: Água mineral natural, sem gás, em garrafão retornável:

CATMAT: 445485

Capacidade do garrafão: 20 litros.

Material da embalagem: PET, material polietileno, polycarbonato, polipropileno ou outro material aceitável para contato com alimentos e bebidas em conformidade às exigências da Portaria DNPM nº 387, de 2008 e ABNT NBR nº 14.222/2013, que deverão garantir a integridade do produto.

O garrafão deve possuir lacre de segurança, aparência limpa, isenta de manchas, alterações de cor, ranhuras, rachaduras, emendas e amassamentos, bem como não poderá possuir

nenhum tipo de resíduos e odores. O gargalo não poderá possuir qualquer tipo de deformações internas ou externas.

A vida útil do garrafão retornável é de até 3 (três) anos, nos termos do inciso I do art. 5º da Portaria DNPM nº 387, de 2008.

Dimensões do garrafão com capacidade de 20 litros:

- Altura total: 490mm ± 2,5mm;

- Diâmetros: medido no anel de reforço (superior e inferior): 275mm ± 2,5mm, conforme ABNT NBR nº 14.222/2019.

Validade da água: no mínimo, de 3 (três) meses, contados da data de entrega do produto pelo fornecedor, ou a dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante, o que for maior.

4.2. DA SUSTENTABILIDADE

4.2.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

a) A presente contratação está alinhada ao Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS), nos termos da Portaria Seges/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021.

b) A Contratada deverá observar e cumprir a legislação ambiental, pertinente ao objeto da licitação, na utilização, no transporte e no descarte dos produtos utilizados na execução contratual.

c) A escolha dos materiais, máquinas e equipamentos a serem aplicados/instalados deverão considerar os requisitos mínimos, estabelecidos em norma, para sustentabilidade, no que diz respeito ao consumo energético, hídrico e legislação

ambiental.

d) Em atendimento às normas constantes na Instrução Normativa n.º 01/2010/SLTI/MPOG, a Contratada deve observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber:

I - que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR -15448-1 e 15448-2;

II - que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III - que os bens sejam acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

IV - que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifênol-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

V - uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes onde for indispensável;

VI - automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;

VII - aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento.

e) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços, nos termos do art. 6 da IN 01/2010 SLTI.

4.2.2. Os critérios de sustentabilidade devem abranger cada fase do ciclo de vida do objeto quais sejam: produção (extração, qualidade da água, embalagem), distribuição, uso e destinação final.

4.2.2.1. Produção:

a) O processo de extração/produção da água mineral natural deve estar em conformidade à Resolução CNRH/MMA nº 76, de 16 de outubro de 2007. A referida Resolução estabelece diretrizes gerais para a integração entre a gestão de recursos hídricos e a gestão de águas minerais, termais, gasosas, potáveis de mesa ou destinadas a fins balneários;

b) A qualidade da água visa assegurar a segurança e saúde das pessoas no consumo em conformidade à Instrução Normativa ANVISA nº 60, de 23 de dezembro de 2019, que estabelece as listas de padrões microbiológicos para alimentos;

c) As embalagens primária e secundária do produto devem ser recicláveis e/ou conter percentual de material reciclado em sua composição em observância à norma ABNT NBR 13230/2008 - Embalagens e acondicionamento plásticos recicláveis - Identificação e simbologia.

4.2.2.2. Distribuição:

a) Devem ser observadas as disposições da Resolução ANVISA RDC nº 173, de 2006, que dispõe sobre as boas práticas para industrialização e comercialização de água mineral natural.

4.2.2.3. Uso:

a) A forma de consumo da água mineral deve evitar desperdício.

4.2.2.4. Destinação Final:

a) O descarte das embalagens deve ser realizado de modo a atender à Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, à NBR 14222/2019 - Embalagem plástica para água mineral e potável de mesa, Garrafão retornável e demais normativos sobre o tema.

4.3. DA INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS

4.3.1. São requisitos de aceite de marca/modelo a apresentação de dois documentos, quais sejam: Publicação no Diário Oficial da União (DOU) de **Outorga de concessão de lavra de água mineral** e a Publicação no DOU de **Aprovação do rótulo da embalagem da água**.

4.3.1.1. Em razão de pesquisa prévia no DOU da documentação dos principais fornecedores locais de água mineral (conforme anexo), ficam previamente aprovadas (aceitas) as marcas ÁGUAS DA AMAZÔNIA e CRISTAL DA SERRA;

4.3.1.2. A marca ANDINA será aceita desde que o licitante apresente na documentação de proposta de preço a Publicação no DOU de Aprovação do rótulo da embalagem da água, tendo em vista que em pesquisa prévia já foi localizada a publicação da Outorga de concessão de lavra de água mineral da citada marca;

4.3.1.2. Qualquer outra marca de água mineral será aceita desde que o licitante apresente na documentação de proposta de preço os dois documentos citados no item 4.3.1.

4.4. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

4.4.1. Não haverá exigência de amostra.

4.5. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE

4.5.1. Não haverá exigência de carta de solidariedade.

4.6. DA SUBCONTRATAÇÃO

4.6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.7. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.7.1. Não haverá exigência da garantia da contratação prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista que tal exigência apenas se justifica quando a complexidade da contratação importar em consideráveis riscos de prejuízos à Administração em razão do inadimplemento do contratado, não se aplicando ao objeto da pretensa contratação.

4.8. DA RESERVA DE COTAS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

4.8.1. Para o item 01, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.9. DA MARGEM DE PREFERÊNCIA

4.9.1. O objeto da contratação não se enquadra na margem de preferência, prevista no Decreto nº 11.890, de 2024, conforme disposto na Resolução da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS.

5. Levantamento de Mercado

5.1. DA IDENTIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES DE MERCADO

5.1.1. O art. 18, §1º, V da Lei nº 14.133/2021 diz que o levantamento de mercado se trata da “análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar”. É o procedimento adotado para verificar as condições e exigência do mercado fornecedor para a necessidade levantada, de modo a possibilitar a compatibilidade entre os requisitos propostos pela área demandante e as possíveis soluções que o mercado fornecedor pode proporcionar, em especial no que diz respeito a prazos de entrega, desempenho esperado e proposto, garantias, manutenção.

5.1.2. Foram realizadas pesquisas através de sites especializados nesse tipo de produto, em que se estabeleceu, para tanto, os locais de distribuição de água mineral que atendam de forma eficiente, eficaz, efetiva, sistemática, técnica, ecológica e economicamente as necessidades da administração identificadas no escopo deste Estudos Técnicos Preliminar, bem como o seu quantitativo, compondo grupo único, para essa finalidade, considerando-se, para tanto, as contratações anteriores.

5.2. DA IDENTIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES DE MERCADO

5.2.1. SOLUÇÃO 1 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL - A solução encontrada, é a aquisição de recarga de garrações de água mineral (água mineral potável, sem gás, acondicionada em garrações de 20 litros), cujos produtos possuem vários fornecedores, circunstância que viabiliza o presente estudo e, por conseguinte, na correspondente licitação para atender as necessidades dos órgãos demandantes.

5.2.2. Devido a característica de bem comum, facilmente encontrado no mercado, vislumbra-se a participação no processo licitatório de diversos fornecedores e, conseqüentemente, ampla disputa nos preços, por este motivo supõe-se não enfrentar dificuldades na condução deste certame.

5.3. DA IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES EXISTENTES NO MERCADO NACIONAL

5.3.1. As consultas da linha de fornecimento de cada empresa pesquisadas foram realizadas no "Sistema de Pesquisas de Preços"

no sítio comprasnet.gov.br em empresa do ramo e a solução escolhida é a mesma utilizada em contratações anteriores.

5.3.2. Observa-se que aquisição de material de consumo, do tipo água mineral acondicionada em garrações de 20 litros retornáveis, objeto deste Estudo Técnico Preliminar, é frequentemente objeto de contratação por parte dos órgãos públicos de todas as esferas.

5.3.3. Verifica-se que tais materiais são produtos comuns, amplamente ofertados por vários fabricantes e empresas fornecedoras aptas ao fornecimento em questão, com especificações usuais no mercado nacional, e conforme os requisitos estabelecidos no presente Estudo.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO DE MERCADO

6.1.1. A partir deste Estudo Técnico Preliminar, tendo como escopo decisório a adequação orçamentária, o impacto financeiro, a economicidade, a qualidade técnica da solução, o impacto ambiental e social decidiu-se pela adoção da "SOLUÇÃO-1" para o atendimento da necessidade identificada, mediante a contratação de empresa especializada no fornecimento de água mineral, sem gás, envasada em garrafão com capacidade para acondicionamento de 20 litros.

6.2. DA JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO DE MERCADO

6.2.1. Considerando a relevante necessidade de contratação de empresa especializada no fornecimento de água mineral, sem gás, para atender às instalações da Polícia Federal em Macapá/AP, proporcionando o atendimento da demanda e garantindo o estoque necessário para o exercício de 2025 e seguintes, e considerando que o consumo de água de boa qualidade é indispensável, uma vez que visa atender uma necessidade humana e está ligada diretamente a saúde, sendo obrigação da Administração Pública oferecer condições mínimas, e de qualidade para o consumo de todos que trabalham e frequentam a dependências da instituição.

6.3. DOS OBJETIVOS PRETENDIDOS COM A CONTRATAÇÃO DA SOLUÇÃO DE MERCADO

6.3.1. Ser classificada como água mineral, sem gás, segundo o Código de Águas Minerais, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;

6.3.2. Atender aos padrões bacteriológicos de potabilidade, conforme laudo de órgão oficial ou outra instituição autorizada;

6.3.3. Os garrações deverão ser próprios para o acondicionamento de água mineral, em polipropileno (borrachudo), resistentes, em excelente estado de conservação, sem ranhuras e/ ou amassados, vir com tampa protetora e lacre de segurança, para evitar contaminações externas;

6.3.4. Conter rótulo padrão cujas características e apresentação básicas tenham sido aprovadas pelo Departamento nacional de Produção Mineral - DNPM, (Decreto-Lei nº. 7.841/1945);

6.3.5. A empresa vencedora do certame deve ter ciência de que as recargas serão solicitados em períodos diferentes durante a vigência do contrato, sendo que a entrega dos materiais ocorrerá sempre na Rodovia Norte/Sul, s/nº, Infraero, Macapá/AP, CEP 68.908-910, Edifício Sede da Superintendência Regional de Polícia Federal no Amapá - SR/PF/AP;

6.3.6. contratada entregará o objeto da Licitação em perfeita condição de uso, de forma parcelada, conforme a demanda e solicitação formal do órgão, ao longo do período de vigência do contrato, através de recarga e troca de garrafão, ou seja, a contratante entregará um garrafão vazio e receberá um cheio de água da Contratada.

6.4. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO

6.4.1. Conforme Item 4.1. (DOS REQUISITOS DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO) do presente Estudo Técnico Preliminar.

6.5. DA SUSTENTABILIDADE

6.5.1. Conforme Item 4.2. (DA SUSTENTABILIDADE) do presente Estudo Técnico Preliminar.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Através de levantamento das necessidades internas e de análise do histórico do consumo nos exercícios anteriores, ficaram concluídas as seguintes quantidades estimadas para o período de 12 (doze) meses:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE

01	Água Mineral natural sem gás, acondicionado em garrações retornáveis de polietileno, retornável, com capacidade para 20 (vinte) litros, sem cavidades ou rebordos internos que possam reter bactérias ou outras impurezas nocivas à saúde humana. Rótulo de Portaria nº 470/99 – MME (dentro das Normas mais atuais de Segurança e Higiene), para entrega parcelada, mediante requisição pelo período de 12 (doze) meses, na SR/PF/AP, em Macapá/AP.	445485	Recarga em Garrafão retornável de 20 (vinte) litros	5.000
----	--	--------	---	-------

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1. Na pesquisa de preços foi realizada no site oficial "Compras.gov.br", tomando por base o preço mediano de outras licitações que atendam às especificações do objeto da contratação pretendida neste procedimento.

8.2. O valor estimado total da contratação será estabelecido no Termo de Referência, no qual indicará o preço máximo aceitável de cada item a ser adquirido, de acordo com a pesquisa de preços realizada.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Tendo em vista que a pretensa contratação trata de atendimento das demandas da SR/PF/AP, a opção pelo parcelamento do objeto é a regra nas aquisições da administração pública.

9.2. A pretensa contratação abrange o fornecimento de água mineral em vasilhame retornável para atender à sede da Superintendência Regional de Polícia Federal no Amapá de forma contínua, em entregas parceladas. A necessidade de não interrupção do fornecimento, a falta de economicidade na divisão em lotes do objeto a ser contratado, em razão do montante reduzido a ser contratado, e a redução de recursos, especialmente humanos, decorrente da gestão de um único contrato justificam a opção de não parcelamento da solução a ser contratada, devendo ser feita em item único, a ser adjudicado a um único fornecedor.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não foi identificada nenhuma contratação correlata ou independente.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000028/2025

II) Data de publicação no PNCP: 21/05/2024

III) Id do item no PCA: 176

IV) Classe/Grupo: 8960

V) Identificador da Futura Contratação: 200402-1/2025

12. Resultados Pretendidos

12.1. Com a efetivação da aquisição pretendida, o principal benefício esperado refere-se a disponibilidade de água mineral para uso comum para os órgãos demandantes, resultando na melhoria do bem-estar de todos no que diz respeito ao consumo de água, garantindo-lhes melhores condições de trabalho, reduzindo-se, desta forma, possíveis problemas de saúde.

12.2. Observa-se ainda que, o fornecimento de água mineral natural sem gás (e não água adicionada de sais), objeto deste estudo, ao ser realizado conforme previsto no contrato, possui relação direta com a disciplina da higiene e segurança do trabalho, cujos benefícios, em conteúdo exemplificativo são: favorecimento da qualidade de vida e saúde do quadro de servidores e colaboradores; aproveitamento de forma eficaz do local de trabalho; aumento de credibilidade para a instituição entre servidores, colaboradores terceirizados, estagiários e público em geral.

12.3. Desta forma, a instituição poderá cumprir seu dever institucional, com eficiência e eficácia, oferecendo à sociedade um serviço de qualidade reconhecida, com o melhor aproveitamento possível dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive, observando-se as políticas de responsabilidade ambiental adotadas por este Órgão.

12.4. A aquisição dos materiais suprirá a demanda pelo período de 60 (sessenta) meses (prazo previsto em contrato), corroborando para o bom desempenho das atividades meio e fim da SR/PF/AP.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Necessidade de indicação de servidores do Núcleo de Materiais - NUMAT/SELOG/SR/PF/AP para fiscalização do futuro contrato e recebimento e conferência dos materiais a serem entregues.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Deverão ser adotados, no que for possível e economicamente viável, critérios e práticas de sustentabilidade na elaboração das especificações dos materiais a serem adquiridos. Observados todas as etapas da cadeia de produção, desde a extração da matéria prima até o descarte final do produto.

14.2. O consumo de água mineral em garrações de 20 litros, pode apresentar algum impacto ambiental, principalmente se considerarmos os resíduos gerados e o consumo de energia e água durante a produção e transporte dos garrações. Além disso, a extração de água mineral pode afetar a disponibilidade de água subterrânea em determinadas áreas.

14.3. Medidas de Tratamento:

a) Reutilização dos Garrações: a prática de usar garrações retornáveis é uma medida de mitigação eficaz. A empresa contratada deve garantir a coleta dos garrações vazios para higienização e reutilização, reduzindo assim a necessidade de produção de novos recipientes e diminuindo a geração de resíduos;

b) Gestão Responsável dos Recursos Hídricos: a contratada deve seguir práticas de extração sustentável de água mineral para evitar o esgotamento dos recursos hídricos;

c) Eficiência Energética: a contratada deve adotar práticas de eficiência energética na produção e no transporte dos garrações para reduzir o consumo de energia e as emissões de gases;

d) Descarte Responsável: caso os garrações não possam ser reutilizados, a empresa deve garantir seu descarte adequado, preferencialmente por meio de reciclagem, para minimizar o impacto

14.4. É necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios dos órgãos fiscalizadores e à política de sustentabilidade ambiental já abordados no tópico 4 deste ETP.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Justificativa da Viabilidade: a realização e análise do Estudo Técnico Preliminar para a aquisição de materiais de consumo para o exercício de 2025, demonstrou-se viável do ponto de vista ambiental, técnico e econômico, cujas conclusões advindas passam a ser expostas:

15.1.1. Do crivo da Viabilidade Ambiental – Os produtos e materiais a serem adquiridos atendem a todos os requisitos legais de sustentabilidade ambiental, cujas exigências estão estabelecidas nos requisitos da contratação e nos objetivos a serem alcançados com a realização da compra de materiais de consumo.

15.1.2. Do Crivo da Viabilidade Técnica – Os produtos e materiais a serem adquiridos possuem especificações técnicas comuns e usuais no mercado de fornecedores locais, regionais e nacionais não apresentando qualquer dificuldade para os licitantes quanto a realização de cotação e de formulação de seus lances durante a sessão pública. Por outro lado, procurou-se estabelecer exigências nas especificações dos produtos e materiais que assegurasse a qualidade da compra sem, contudo, restringir a competitividade ou favorecer fornecedor específico mediante a exigência excessiva que em nada se relaciona com a qualidade e com o nível de

desempenho dos materiais de consumo a serem adquiridos.

15.1.3. Do crivo da viabilidade econômica: Para a realização das compras realizou-se pesquisa de mercado junto aos diversos fornecedores locais, regionais e nacional e no painel de compras do governo federal de tal forma que os preços reflitam a realidade de mercado. Por outro lado, a grande quantidade de fornecedores disponíveis no mercado nacional favorecerá a competitividade entre os licitantes que trará como consequência preços mais baixos do que o estimado pela administração, o qual espera-se uma economia em torno do valor estimado pela Administração após o término da sessão pública do certame licitatório. Não obstante, a Administração dispõe de recursos orçamentários e financeiro em valores compatíveis com o valor da estimativa da contratação garantindo desta forma a quitação das despesas decorrentes da compra dos materiais de consumo.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

BRENO TEIXEIRA GUEDES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 03/06/2025 às 17:30:43.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Autorizações Água Mineral.pdf (137.02 KB)

(Lat/Long): 30°21'31,001"S/52°27'32,786"W;
30°20'19,558"S/52°27'32,786"W; 30°20'19,557"S/52°28'10,225"W;
30°20'42,289"S/52°28'10,227"W; 30°20'42,279"S/52°29'13,877"W;
30°21'30,990"S/52°29'13,891"W; 30°21'31,001"S/52°27'32,786"W;
em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 4000,0m, no rumo verdadeiro de 85°48'59"999 NW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 30°21'40,500"S e Long. 52°25'03,400"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 2200,0m-N; 1000,0m-W; 700,0m-S; 1700,0m-W; 1500,0m-S; 2700,0m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CLAUDIO SCLIAR

PORTARIA Nº 52, DE 6 DE MAIO DE 2011

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPm nº 858.057/2006, resolve:

Art. 1º Outorgar à ÁGUAS DA AMAZÔNIA LTDA, concessão para lavrar ÁGUA MINERAL, no Município de MACAPÁ/AP, numa área de 50,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 00°06'25,552"N/51°06'03,511"W; 00°05'52,995"N/51°06'03,511"W; 00°05'52,995"N/51°05'47,342"W; 00°06'25,552"N/51°05'47,342"W; 00°06'25,552"N/51°06'03,511"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 11025,0m, no rumo verdadeiro de 61°14'59"997 SE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 00°09'18,200"N e Long. 51°11'16,100"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1000,0m-S; 500,0m-E; 1000,0m-N; 500,0m-W.

Art. 2º Fica estabelecida a área de proteção desta Fonte, com extensão de 50 ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 00°06'25,552"N/51°06'03,511"W; 00°05'52,995"N/51°06'03,511"W; 00°05'52,995"N/51°05'47,342"W; 00°06'25,552"N/51°05'47,342"W; 00°06'25,552"N/51°06'03,511"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 11025,0m, no rumo verdadeiro de 61°14'59"997 SE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 00°09'18,200"N e Long. 51°11'16,100"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1000,0m-S; 500,0m-E; 1000,0m-N; 500,0m-W.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CLAUDIO SCLIAR

PORTARIA Nº 53, DE 6 DE MAIO DE 2011

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPm nº 815.043/1992, resolve:

Art. 1º Outorgar à CETARB COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA, concessão para lavrar SILTITO - INDUSTRIAL, no(s) Município(s) de MAFRA/SC, numa área de 49,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 26°11'23,400"S/49°46'13,900"W; 26°11'23,399"S/49°46'39,111"W; 26°11'00,654"S/49°46'39,110"W; 26°11'00,655"S/49°46'13,900"W; 26°11'23,400"S/49°46'13,900"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 26°11'23,400"S e Long. 49°46'13,900"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 700,0m-W; 700,0m-N; 700,0m-E; 700,0m-S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CLAUDIO SCLIAR

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 7, DE 2 DE MARÇO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) em MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.13, Inciso I e VI, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA nº 20, de 08 de abril de 2009; pela Resolução nº 39, de 30 de outubro de 2007, publicada no DOU de 06 de novembro de 2007; e pela Resolução nº 25, de 04 de novembro de 2009, publicada no DOU de 04 de dezembro de 2009, ambas do Conselho Diretor desta Autarquia Federal; pela Instrução Normativa/Incra/nº 34, de 23 de maio de 2006; pela Instrução Normativa/nº 62, de 21 de junho de 2010; e, tendo em vista a decisão adotada pelo Comitê de Decisão Regional desta Superintendência em 28 de fevereiro de 2011, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o ato do Comitê de Decisão Regional que aprovou a proposta de acordo formalizada em juízo, no bojo de ação de desapropriação proposta pela Autarquia, referente ao imóvel rural denominado Fazenda CORREGO SÃO PEDRO, localizado no Município de Teófilo Otoni /MG, com área registrada de 142,3269 hectares e levantada de 130,3052 hectares, sendo avaliada 130,3052 hectares, feita mediante concordância do Ministério Público Federal, e que se fundamentou no valor global de R\$504.730,91 (quinhentos e quatro mil, setecentos e trinta reais, noventa e um centavos) sendo R\$27.880,33 (vinte e sete mil, oitocentos e oitenta reais, trinta e três centavos) para pagamento das benfeitorias, em espécie, e R\$476.850,58 (Quatrocentos e setenta e seis mil, oitocentos e c inquenta reais e c inquenta e oito centavos), para indenização da terra nua; valor este em que está compreendido o montante de R\$ 445.528,43 correspondente aos Títulos da Dívida Agrária (TDA) originários, a serem relançados acrescido do montante fixado em acordo, no valor de R\$31.322,15 em novos Títulos da Dívida Agrária (TDA, nominativos ao expropriado, Moretzshon Jacinto Coelho, CPF: 598.889.036-91, na proporção de 100% com prazo de resgate de dois a cinco anos, correção monetária pela TR (Taxa Referencial) e juros de 6% ao ano, em consonância com a Medida Provisória n.º 2.183-56/2001.

Art. 2.º - Solicitar a Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento que autorize a Diretoria de Gestão Administrativa a adotar as providências necessárias para o cancelamento dos 4.853 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e três) Títulos da Dívida Agrária (TDAs), emitidos originariamente em 01/03/2010, com a consequente emissão de outros nos termos contidos no artigo primeiro, qual seja: a) relançamento de 4.853 (quatro mil, oitocentos cinquenta e três) Títulos da Dívida Agrária; b) lançamento originários de R\$31.322,15 (trinta e um mil, trezentos e vinte e dois reais e quinze centavos), todos com prazo de resgate de dois a cinco anos, correção monetária pela TR (taxa referencial) e juros de 6% ao ano.

Art. 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCI RODRIGUES ESPESCHIT

PORTARIA Nº 22, DE 2 DE MAIO DE 2011

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MINAS GERAIS DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 132, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de do dia 09 dos mesmos mês e ano e, Portaria/INCRA/P/Nº 317, de 18 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial do dia 19 dos mesmos mês e ano:

CONSIDERANDO o que consta dos Processos Administrativos INCRA/SR-06/MG nº 54170.005003/2005-20, que trata de Contrato de Assentamento da Parcela nº 43 do Projeto de Assentamento BOM SUCESSO II, localizado no município de PERDIZES, estado de Minas Gerais, resolve:

I - RESCINDIR o Contrato de Assentamento nº MG022500000026, de 17 de agosto de 2005, relativo ao beneficiário Bernardino Francisco dos Santos - Carteira de Identidade nº 5.304.237-6 SSP/PR e CPF nº 060.643.006-71.

II - DETERMINAR à Divisão de Desenvolvimento do INCRA/MG, à adoção de providências visando destinar o lote a novo candidato selecionado pelo Programa Nacional de Reforma Agrária.

LUCI RODRIGUES ESPESCHIT

PORTARIA Nº 23, DE 2 DE MAIO DE 2011

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MINAS GERAIS DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 132, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de do dia 09 dos mesmos mês e ano e, Portaria/INCRA/P/Nº 317, de 18 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial do dia 19 dos mesmos mês e ano:

CONSIDERANDO o que consta dos Processos Administrativos INCRA/SR-06/MG nº 54170.003524/2007-12, que trata de Contrato de Assentamento da Parcela do Projeto de Assentamento TERRA NOSSA, localizado no município de VARJÃO DE MINAS, estado de Minas Gerais, resolve:

I - RESCINDIR o Contrato de Assentamento nº MG0100000000038, de 28 de agosto de 2007, relativo ao beneficiário Antônio de Oliveira - Carteira de Identidade nº M-2.242.417 SSP/MG e CPF nº 239.200.336-04.

II - DETERMINAR à Divisão de Desenvolvimento do INCRA/MG, à adoção de providências visando destinar o lote a novo candidato selecionado pelo Programa Nacional de Reforma Agrária.

LUCI RODRIGUES ESPESCHIT

PORTARIA Nº 24, DE 2 DE MAIO DE 2011

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MINAS GERAIS DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 132, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de do dia 09 dos mesmos mês e ano e, Portaria/INCRA/P/Nº 317, de 18 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial do dia 19 dos mesmos mês e ano:

CONSIDERANDO o que consta dos Processos Administrativos INCRA/SR-06/MG nº 54170.003615/2007-40, que trata de Contrato de Assentamento da Parcela do Projeto de Assentamento TERRA NOSSA, localizado no município de VARJÃO DE MINAS, estado de Minas Gerais, resolve:

I - RESCINDIR o Contrato de Assentamento nº MG0100000000021, de 28 de agosto de 2007, relativo à beneficiária Sandra Ferreira Araújo - Carteira de Identidade nº 368811 SSP/RO e CPF nº 350.898.142-87.

II - DETERMINAR à Divisão de Desenvolvimento do INCRA/MG, à adoção de providências visando destinar o lote a novo candidato selecionado pelo Programa Nacional de Reforma Agrária.

LUCI RODRIGUES ESPESCHIT

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 27 DE ABRIL DE 2011

O Comitê de Decisão Regional da Superintendência Regional do Incra no estado do Espírito Santo (CDR/ES), em cumprimento ao artigo 9º da estrutura regimental aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, publicado no DOU do mesmo dia, edição extra, e no art. 132 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/MDA nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no DOU, do dia 09 do mesmo mês e ano, tendo em vista a decisão adotada em sua Oitava Reunião Extraordinária, realizada no dia 15 de abril de 2011 e;

Considerando a Norma de Execução/INCRA/DD/Nº 76, publicada no DOU do dia 27 de agosto de 2008.

Considerando a fundamentação legal constante no Artigo 9º da Norma de Execução supramencionada.

Considerando as análises técnicas e jurídicas constantes no processo administrativo 54340.000416/2011-67, resolve:

Art. 1º - Aprovar a Permissão de Uso dos seguintes bens móveis de propriedade do INCRA/ES: 1) Secador cilíndrico rotativo com cavalete, com capacidade para 15.000 litros, com transmissão acionada por redutor de velocidade, motores trifásicos (2,0 - 5,0 e 7,5 HP; 4 pólos; 220/380 v; alto rendimento) com chaves magnéticas, com ventiladores, ciclones secadores, coifa metálica para adaptação do ciclone ao secador, caixa de ar para saída do ventilador do secador e com elevador metálico tubular de 7" x 9 m ou 8" x 9,5 m - Marca Palini & Alves - modelo PA-SR/15 - Tombado pelo Permitente sob o nº 213.251, e 2) Descascador metálico conjugado para beneficiamento de 400@ de café com descascador, catador de pedras, separador de escolhas e de palha melosa, coluna de ventilação, elevador de circulação do descascador, com motores trifásicos (20 e 1 HP; 4 pólos; 220/380 v; alto rendimento) com elevador de carga metálico tubular 5" com canecas, com motor trifásico (1 HP; 4 pólos; 220/380v; alto rendimento) Marca Palini & Alves - modelo PA-DESC/400 - Tombado pelo Permitente sob o nº: 213.248, à Associação de Trabalhadores Rurais do Projeto de Assentamento Celestina, localizado no município de Nova Venécia/ES.

Art. 2º - estabelecer que os bens móveis objeto desta Permissão de Uso sejam revertidos de pleno direito, para posse, domínio e administração do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, se, no todo ou em parte, lhe for dada aplicação adversa da permissão estabelecida.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

JOSÉ GERÔNIMO BRUMATTI
Coordenador do Comitê

SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR

PORTARIA Nº 11, DE 6 DE MAIO DE 2011

O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA FAMILIAR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso de suas atribuições, e de acordo com o disposto no art. 5º do Decreto nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006, combinado com as disposições do Manual do Crédito Rural, Capítulo 10, Seção 15 (MCR 10.15) e das disposições constantes da Resolução nº 3.885, de 22 de julho de 2010, do Conselho Monetário Nacional - CMN, resolve:

Art. 1º Informar aos agentes financeiros, operadores do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, os produtos que tem direito e o valor dos bônus de desconto a ser concedido nas operações e parcelas de crédito rural que serão objeto de pagamento ou amortização pelos mutuários no período de 10 de maio de 2011 a 09 de junho de 2011, segundo o que determina o parágrafo 1º, do art. 2º, do Decreto nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006.

§ 1º Somente os produtos e Estados que apresentarem o bônus de desconto, de que trata o caput, estão listados no Anexo.

§ 2º Os bônus de descontos da tabela "Cesta de Produtos" incidem sobre as operações de crédito de custeio contratadas até 1/7/2006, com vencimento a partir de 10/7/2010 e investimento agropecuário, conforme o art 5º da Resolução 3.885, de 22 de julho de 2010 do Conselho Monetário Nacional.

Art. 2º Os preços de mercado e o bônus de desconto previstos nesta Portaria referem-se ao mês de abril de 2011, têm validade para o período de 10 de maio de 2011 a 09 de junho de 2011, em atendimento ao estabelecido na Resolução nº 3.885, de 22 de julho de 2010, do Conselho Monetário Nacional.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER

858.126/2009-F. ALVES DOS SANTOS- Cessionário:858.078/2012-F. ALVES DOS SANTOS
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
858.057/2006-ÁGUAS DA AMAZONIA LTDA- CAIMBÉ e TOPAZZA 300 ml, 350 ml, 500 ,l, 1,5 lt, 2 lt, 6lt e 10 lt, da marca ÁGUAS DA AMAZONIA- MACAPÁ/AP
Fase de Requerimento de Licenciamento
Nega provimento ao pedido de reconsideração(1160)
858.056/2012-G. A. BARBOSA DE ALMEIDA
858.097/2012-D. XAVIER CORREA
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
858.088/2010-G DA SILVA CORREIA ME
858.026/2013-CAMPOS & CAMPOS LTDA ME
858.057/2013-RIBEIRO & VASCONCELOS LTDA EPP
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere por Interferencia Total(1339)
858.080/2012-JOÃO RODRIGUES CAPIBERIBE
858.081/2012-JOÃO RODRIGUES CAPIBERIBE
858.082/2012-JOÃO RODRIGUES CAPIBERIBE
858.110/2012-LEIMAR PEREIRA GOMES
858.117/2012-ANA DE SOUZA TRAJANO
858.022/2013-EMANUEL DA SILVA BRITO
858.023/2013-EMANUEL DA SILVA BRITO
858.050/2013-REGINALDO RIBEIRO VIANA

ANTONIO DA JUSTA FEIJÃO

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 221/2013

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito multa aplicada(106)
874.233/2008-JOSÉ PARMÊNIO DOS PASSOS- DOU de 28/12/2011
Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MUL-TA(904)
870.867/2003-Rafaela Godoi Vieira- NOT. Nº1460/2011
870.593/2008-JOSUÉ ALVES DA SILVA- NOT. Nº1587/2012
874.233/2008-JOSÉ PARMÊNIO DOS PASSOS- NOT. Nº1948/2012
Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito Notificação Administrativa I-TAH(154)
872.529/2005-SEBASTIANA LIMA SORIANO- NOT. Nº1990/2007; 8657/2009
Torna sem efeito Multa Aplicada-TAH(643)
872.529/2005-SEBASTIANA LIMA SORIANO- AI Nº2676/2006; 2422/2007
Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MUL-TA(904)
872.529/2005-SEBASTIANA LIMA SORIANO- NOT. Nº1991/2007 ; 8658/2009

RELAÇÃO Nº 222/2013

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina arquivamento Auto de infração(230)
874.233/2008-JOSÉ PARMÊNIO DOS PASSOS-AI Nº6394/2011
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)
872.529/2005-SEBASTIANA LIMA SORIANO-AI Nº2676/2006; 2422/2007

DANILO MÁRIO BEHRENS CORREIA

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 68/2013

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
800.408/2013-EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGA-DOS MINERAIS SA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
800.414/2013-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-OF. Nº809/2013
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
800.083/2013-GILBERTO DE LUNA GOUVEIA
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
800.970/2012-L MIRANDA ESPAÇO EDITORA, GRAVA-DORA, INFORMÁTICA E MINERAÇÃO LTDA.- Alvará nº2.805/2013 - Cessionário:800.407-2013- CPF ou CNPJ 10758254000127
Torna sem efeito anuência da Cessão Parcial de Direitos(533)
801.105/2011-ROGERIO MINERAÇÕES LTDA ME- DOU de 16/05/2013

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
800.493/1994-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. Nº861/2013
800.242/2007-CERÂMICA BRASILEIRA CERBRAS LT-DA-OF. Nº862/2013
800.966/2007-MICRON ITA INDÚSTRIA E COMERCIO DE MINERAIS LTDA-OF. Nº864/2013
800.572/2008-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. Nº814/815/2013
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
805.314/1977-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. Nº850/851/852/2013
803.149/1978-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. Nº856/857/858/859/860/2013
800.122/1998-AGRO COMERCIAL ACÁCIA LTDA-OF. Nº810/2013
800.218/2005-RIO DO PEIXE INDUSTRIA DE ÁGUA MINERAL LTDA.-OF. Nº853/854/855/2013
800.128/2007-ORVALHO DA SERRA COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE RECURSOS MINERAIS-OF. Nº785/786/787/2013
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)
800.681/2010-EXPLORATION SERVIÇOS GEOLÓGICOS LTDA.-AI Nº17/2013
Determina o arquivamento imposição de multa(1810)
800.681/2010-EXPLORATION SERVIÇOS GEOLÓGICOS LTDA.- DOU de 29/04/2013
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
800.794/2012-EVA CAMPELO NEGREIROS ME-Registro de Licença Nº1326/2013 de 22/05/2013-Vencimento em 23/03/2020
800.909/2012-KATIA MARIA DE FREITAS SOUSA ME-Registro de Licença Nº1327/2013 de 24/05/2013-Vencimento em 23/03/2032
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
800.916/2012-J LUIS NETO ME-OF. Nº849/2013
800.370/2013-JOSE DE A. C. NETO ME-OF. Nº863/2013
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
800.115/2010-S. B. LOCAÇÃO, EXTRAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO LTDA. ME
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
800.428/2006-J MOURA DE OLIVEIRA ME- Registro de Licença Nº:862/2008 - Vencimento em 31/12/2013
Homologa renúncia do registro de Licença(784)
800.261/2009-EIT - EMPRESA INDUSTRIAL TÉCNICA S.A.
800.262/2009-EIT - EMPRESA INDUSTRIAL TÉCNICA S.A.
800.309/2009-EIT - EMPRESA INDUSTRIAL TÉCNICA S.A.
800.310/2009-EIT - EMPRESA INDUSTRIAL TÉCNICA S.A.
800.379/2009-EIT - EMPRESA INDUSTRIAL TÉCNICA S.A.
800.403/2009-EIT - EMPRESA INDUSTRIAL TÉCNICA S.A.
800.404/2009-EIT - EMPRESA INDUSTRIAL TÉCNICA S.A.
800.588/2009-EIT - EMPRESA INDUSTRIAL TÉCNICA S.A.
800.594/2009-EIT - EMPRESA INDUSTRIAL TÉCNICA S.A.
800.595/2009-EIT - EMPRESA INDUSTRIAL TÉCNICA S.A.
800.596/2009-EIT - EMPRESA INDUSTRIAL TÉCNICA S.A.
800.597/2009-EIT - EMPRESA INDUSTRIAL TÉCNICA S.A.
800.661/2009-EIT - EMPRESA INDUSTRIAL TÉCNICA S.A.
800.002/2010-EIT - EMPRESA INDUSTRIAL TÉCNICA S.A.
800.341/2010-EIT - EMPRESA INDUSTRIAL TÉCNICA S.A.
800.384/2010-EIT - EMPRESA INDUSTRIAL TÉCNICA S.A.
800.716/2010-EIT - EMPRESA INDUSTRIAL TÉCNICA S.A.
800.717/2010-EIT - EMPRESA INDUSTRIAL TÉCNICA S.A.
800.718/2010-EIT - EMPRESA INDUSTRIAL TÉCNICA S.A.
800.719/2010-EIT - EMPRESA INDUSTRIAL TÉCNICA S.A.
800.720/2010-EIT - EMPRESA INDUSTRIAL TÉCNICA S.A.
800.721/2010-EIT - EMPRESA INDUSTRIAL TÉCNICA S.A.

RELAÇÃO Nº 71/2013

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
800.420/2013-MILGRAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GRANITOS LTDA.-OF. Nº871/2013
800.422/2013-BRAVO MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA ME-OF. Nº
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
801.017/2012-GUSTAVO BEZERRA DE MENEZES GOMES DE MATTOS ME- Alvará nº3818/2013 - Cessionário:800.416/2013-CARIRI EXTRATORA DE PEDRAS LTDA ME-CPF ou CNPJ 18.087.762/0001-87
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
800.390/2013-FABRICAÇÃO DE CERAMICA WF LTDA EPP-OF. Nº872/2013

FERNANDO ANTONIO DA COSTA ROBERTO

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 67/2013

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
806.035/2005-B MATOS FEIJAO-OF. Nº773/2013
806.176/2009-RISONALDO MARTINS DE OLIVEIRA-OF. Nº770/2013
806.645/2011-CÁSSIO M. DE OLIVEIRA-OF. Nº771/2013
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
806.035/2005-B MATOS FEIJAO- Registro de Licença Nº:036/2005 - Vencimento em 10/10/2022
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
806.116/2009-PSICULTURA PORTO GRANDE LTDA. Homologa renúncia do registro de Licença(784)
806.074/2002-CERÂMICA TANGUÁ LTDA
Auto de Infração Advertência lavrado/ prazo para defesa 30 dias(1179)
806.035/2005-B MATOS FEIJAO- AI Nº 21/2013
806.176/2009-RISONALDO MARTINS DE OLIVEIRA-AI Nº 19/2013
806.645/2011-CÁSSIO M. DE OLIVEIRA- AI Nº 20/2013
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
806.042/2013-PEDREIRA ANHANGUERA S A EMPRESA DE MINERAÇÃO-Registro de Licença Nº07/2013 de 27 DE MAIO DE 2013-Vencimento em 09/01/2016
806.043/2013-PEDREIRA ANHANGUERA S A EMPRESA DE MINERAÇÃO-Registro de Licença Nº006/2013 de 27 DE MAIO DE 2013-Vencimento em 09/01/2016
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
806.672/2011-CERAMICA TERRA BOA LTDA-OF. Nº786/2013

FERNANDO DE OLIVEIRA DUAILIBE MENDONÇA

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 85/2013

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
868.245/2012-MINERAÇÃO BODOQUENA S A
868.246/2012-MINERAÇÃO BODOQUENA S A
868.247/2012-MINERAÇÃO BODOQUENA S A
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
868.081/2012-CLÁUDIO DA SILVA SIMIÃO-OF. Nº739/13
868.082/2012-CLÁUDIO DA SILVA SIMIÃO-OF. Nº739/13
868.083/2012-CLÁUDIO DA SILVA SIMIÃO-OF. Nº739/13
868.224/2012-MINERAÇÃO RIO LUZ E COMÉRCIO LT-DA-OF. Nº741/13
868.225/2012-MINERAÇÃO RIO LUZ E COMÉRCIO LT-DA-OF. Nº741/13
868.226/2012-MINERAÇÃO RIO LUZ E COMÉRCIO LT-DA-OF. Nº741/13
868.227/2012-MINERAÇÃO RIO LUZ E COMÉRCIO LT-DA-OF. Nº743/13
868.228/2012-MINERAÇÃO RIO LUZ E COMÉRCIO LT-DA-OF. Nº744/13
868.229/2012-TATHIANE FRANZONI DA SILVEIRA-OF. Nº748/13
868.230/2012-MINERADORA CANTINHO DE PEDRA LTDA-OF. Nº750/13
868.231/2012-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA - EPP-OF. Nº758/13
868.234/2012-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA - EPP-OF. Nº755/13



Art. 1º Outorgar à CNM - COMERCIAL NORDESTINA DE MINÉRIOS LTDA., concessão para lavrar DIATOMITA, no(s) Município(s) de CEARÁ-MIRIM/RN, numa área de 343,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 05°39'22,079"S/35°21'09,802"W; 05°38'56,035"S/35°20'43,806"W; 05°39'02,542"S/35°18'56,568"W; 05°39'31,841"S/35°18'56,567"W; 05°39'31,844"S/35°20'24,307"W; 05°39'22,078"S/35°20'24,307"W; 05°39'22,079"S/35°21'09,802"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 8013,0m, no rumo verdadeiro de 06°13'00"001 NE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 05°43'41,400"S e Long. 35°21'38,000"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 800,0m-N; 800,0m-E; 200,0m-S; 3300,0m-E; 900,0m-S; 2700,0m-W; 300,0m-N; 1400,0m-W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CLAUDIO SCLIAR

PORTARIA Nº 88, DE 3 DE ABRIL DE 2009

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPm nº 820.296/2002, resolve:

Art. 1º Outorgar à TIJOLOS SÃO FRANCISCO LTDA - ME, concessão para lavrar SAIBRO, no(s) Município(s) de MOGI GUAÇU/SP, numa área de 43,85ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°18'14,900"S/46°49'58,534"W; 22°18'14,893"S/46°49'58,521"W; 22°18'07,894"S/46°49'51,883"W; 22°18'22,734"S/46°50'21,021"W; 22°18'22,734"S/46°50'21,580"W; 22°18'24,149"S/46°50'21,580"W; 22°18'33,905"S/46°50'11,099"W; 22°18'24,146"S/46°50'02,364"W; 22°18'23,122"S/46°49'58,521"W; 22°18'23,122"S/46°49'58,535"W; 22°18'14,900"S/46°49'58,534"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°18'14,900"S e Long. 46°49'58,534"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 0,4m-E; 0,2m-N; 190,0m-E; 215,3m-N; 834,0m-W; 456,5m-S; 16,0m-W; 43,5m-S; 300,0m-E; 300,1m-S; 250,0m-E; 300,2m-N; 110,0m-E; 31,5m-N; 0,4m-W; 252,9m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CLAUDIO SCLIAR

PORTARIA Nº 89, DE 3 DE ABRIL DE 2009

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPm nº 860.136/2003, resolve:

Art. 1º Outorgar à EBCBM LTDA, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de JANDAIA/GO, numa área de 37,73ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 17°08'41,481"S/50°06'12,452"W; 17°08'44,734"S/50°06'14,143"W; 17°08'47,987"S/50°06'17,527"W; 17°08'49,613"S/50°06'19,218"W; 17°09'00,998"S/50°06'17,527"W; 17°09'27,021"S/50°06'19,219"W; 17°09'31,901"S/50°06'20,910"W; 17°09'36,780"S/50°06'22,602"W; 17°09'38,406"S/50°06'24,294"W; 17°09'43,286"S/50°06'25,986"W; 17°09'48,165"S/50°06'27,678"W; 17°09'57,891"S/50°06'34,445"W; 17°09'49,791"S/50°06'32,753"W; 17°09'44,912"S/50°06'31,061"W; 17°09'40,033"S/50°06'27,678"W; 17°09'36,780"S/50°06'25,986"W; 17°09'31,901"S/50°06'24,294"W; 17°09'28,648"S/50°06'22,602"W; 17°09'23,768"S/50°06'20,910"W; 17°09'15,636"S/50°06'22,602"W; 17°09'10,757"S/50°06'20,910"W; 17°09'05,878"S/50°06'24,294"W; 17°08'47,987"S/50°06'22,602"W; 17°08'46,360"S/50°06'20,910"W; 17°08'44,734"S/50°06'19,218"W; 17°08'43,108"S/50°06'17,527"W; 17°08'41,481"S/50°06'15,835"W; 17°08'39,855"S/50°06'10,760"W; 17°08'41,481"S/50°06'12,452"W; em SAD 69 e em coordenadas car-

tesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 17°08'41,481"S e Long. 50°06'12,452"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 100,0m-S; 50,0m-W; 100,0m-S; 100,0m-W; 50,0m-S; 50,0m-W; 350,0m-S; 50,0m-E; 800,0m-S; 50,0m-W; 150,0m-S; 50,0m-W; 150,0m-S; 50,0m-W; 50,0m-S; 50,0m-W; 150,0m-S; 50,0m-W; 299,0m-S; 200,0m-W; 249,0m-N; 50,0m-E; 150,0m-N; 50,0m-E; 150,0m-N; 100,0m-E; 100,0m-N; 50,0m-E; 150,0m-N; 50,0m-E; 100,0m-N; 50,0m-E; 150,0m-N; 50,0m-W; 150,0m-N; 50,0m-E; 150,0m-N; 100,0m-W; 550,0m-N; 50,0m-E; 50,0m-N; 50,0m-E; 50,0m-N; 50,0m-E; 50,0m-N; 50,0m-W; 50,0m-E; 50,0m-N; 150,0m-E; 50,0m-S; 50,0m-W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CLAUDIO SCLIAR

PORTARIA Nº 90, DE 3 DE ABRIL DE 2009

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPm nº 858.061/2006, resolve:

Art. 1º Outorgar à M JOSÉ ARAÚJO ME, concessão para lavrar ÁGUA MINERAL, no(s) Município(s) de MACAPÁ/AP, numa área de 46,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 00°04'55,179"N/51°07'39,500"W; 00°04'55,179"N/51°07'55,670"W; 00°04'29,133"N/51°07'55,670"W; 00°04'29,133"N/51°07'33,032"W; 00°04'38,900"N/51°07'33,032"W; 00°04'38,900"N/51°07'39,500"W; 00°04'55,179"N/51°07'39,500"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 00°04'55,179"N e Long. 51°07'39,500"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 500,0m-W; 800,0m-S; 700,0m-E; 300,0m-N; 200,0m-W; 500,0m-N.

Art. 2º Fica estabelecida a área de proteção desta Fonte, com extensão de 46,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 00°04'38,900"N/51°07'39,500"W; 00°04'55,179"N/51°07'39,500"W; 00°04'55,179"N/51°07'55,670"W; 00°04'29,133"N/51°07'55,670"W; 00°04'29,133"N/51°07'33,032"W; 00°04'38,900"N/51°07'33,032"W; 00°04'38,900"N/51°07'39,500"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 00°04'38,900"N e Long. 51°07'39,500"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 500,0m-N; 500,0m-W; 800,0m-S; 700,0m-E; 300,0m-N; 200,0m-W.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CLAUDIO SCLIAR

PORTARIA Nº 91, DE 3 DE ABRIL DE 2009

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPm nº 852.730/1993, resolve:

Art. 1º Outorgar à MMX AMAPÁ MINERAÇÃO LTDA, concessão para lavrar MINÉRIO DE FERRO, no(s) Município(s) de PEDRA BRANCA DO AMAPARI/AP, numa área de 4.469,73ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 00°51'33,642"N/51°49'38,697"W; 00°49'56,036"N/51°49'38,697"W; 00°49'56,036"N/51°49'38,613"W; 00°49'55,974"N/51°49'38,613"W; 00°49'55,974"N/51°48'11,696"W; 00°47'16,798"N/51°48'11,699"W; 00°47'16,799"N/51°51'48,067"W; 00°48'57,315"N/51°51'48,068"W; 00°49'26,700"N/51°51'48,068"W; 00°49'26,700"N/51°51'47,983"W; 00°51'33,640"N/51°51'47,985"W; 00°51'33,642"N/51°49'38,697"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 00°51'33,642"N e Long. 51°49'38,697"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 2998,0m-S; 2,6m-E; 1,9m-S; 2687,4m-E; 4889,1m-S; 6690,0m-W; 3087,4m-N; 902,6m-N; 2,6m-E; 3899,0m-N; 3997,4m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CLAUDIO SCLIAR

PORTARIA Nº 92, DE 3 DE ABRIL DE 2009

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de

fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPm nº 858.010/1999, resolve:

Art. 1º Outorgar à MMX AMAPÁ MINERAÇÃO LTDA, concessão para lavrar MINÉRIO DE FERRO, no(s) Município(s) de PEDRA BRANCA DO AMAPARI/AP, numa área de 930,73ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 00°49'56,250"N/51°52'08,121"W; 00°49'56,175"N/51°52'08,121"W; 00°49'56,175"N/51°52'04,262"W; 00°48'57,250"N/51°52'04,262"W; 00°48'57,250"N/51°51'48,068"W; 00°47'39,959"N/51°51'48,067"W; 00°47'39,959"N/51°52'57,005"W; 00°48'57,179"N/51°52'57,006"W; 00°48'57,179"N/51°53'14,433"W; 00°49'32,841"N/51°53'14,434"W; 00°49'32,841"N/51°53'28,578"W; 00°49'56,250"N/51°53'28,578"W; 00°49'56,250"N/51°52'08,121"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 00°49'56,250"N e Long. 51°52'08,121"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 2,3m-S; 119,3m-E; 1809,9m-S; 500,7m-E; 2374,0m-S; 2131,5m-W; 2371,8m-N; 538,9m-W; 1095,4m-N; 437,3m-W; 719,0m-N; 2487,7m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CLAUDIO SCLIAR

PORTARIA Nº 93, DE 3 DE ABRIL DE 2009

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPm nº 858.114/2004, resolve:

Art. 1º Outorgar à MMX AMAPÁ MINERAÇÃO LTDA, concessão para lavrar MINÉRIO DE FERRO, no(s) Município(s) de PEDRA BRANCA DO AMAPARI/AP, numa área de 69,03ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 00°48'57,245"N/51°51'48,125"W; 00°48'57,245"N/51°52'04,290"W; 00°49'56,170"N/51°52'04,290"W; 00°49'56,170"N/51°52'08,149"W; 00°49'56,245"N/51°52'08,149"W; 00°49'56,245"N/51°51'55,794"W; 00°49'26,631"N/51°51'55,794"W; 00°49'26,631"N/51°51'48,125"W; 00°48'57,245"N/51°51'48,125"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 00°48'57,245"N e Long. 51°51'48,125"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 499,8m-W; 1809,9m-N; 119,3m-W; 2,3m-N; 382,0m-E; 909,6m-S; 237,1m-E; 902,6m-S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CLAUDIO SCLIAR

Ministério do Desenvolvimento Agrário

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 19, DE 3 DE ABRIL DE 2009

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso da competência que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.813, de 3 de abril de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar os Regimentos Internos do Gabinete do Ministro, da Secretaria-Executiva, da Consultoria Jurídica, da Secretaria de Reordenamento Agrário, da Secretaria da Agricultura Familiar, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial e das Delegacias Federais de Desenvolvimento Agrário, na forma do Anexo à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 7 de abril de 2009.

Art. 3º Ficam revogadas as Portarias nºs 114, de 13 de abril de 2000, e 79, de 19 de abril de 2001, publicadas no Diário Oficial da União de 14 de abril de 2000 e 20 de abril de 2001, respectivamente.

GUILHERME CASSEL

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO GABINETE DO MINISTRO

CAPÍTULO I
NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º O Gabinete, órgão de assistência direta e imediata do Ministro de Estado, tem por finalidade:

I - assistir ao Ministro de Estado em sua representação política e social, ocupar-se das relações públicas e do preparo e despacho do seu expediente pessoal;

II - coordenar, assessorar, elaborar e acompanhar as políticas públicas de promoção da igualdade de gênero, raça e etnia no meio rural de forma integrada com os órgãos do Ministério;



815.322/2005-UILSON SGROTT-AI Nº765/09
815.177/2005-WALDEMAR FERREIRA-FI-AI Nº766/09
815.208/2005-HARDT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME-AI Nº763/09
815.383/2005-ADELIR CARLOS GONÇALVES PADI-LHA-AI Nº762/09
815.428/2005-TERMAS SANTO ANJO DA GUARDA LT-DA.-AI Nº761/09
815.380/2005-JOSÉ AGOSTINELLI NETO-AI Nº760/09
815.447/2005-MARCOS AURÉLIO KLAUMANN-AI Nº759/09
815.371/2005-EXTRAÇÃO DE AREIA VERDE VALE LTDA-AI Nº758/09
815.483/2005-DORIVAL ANTONIO BADALOTTI-AI Nº757/09
815.170/2005-AMARILDO MARIOTTI-AI Nº756/09
815.353/1998-SUL DO RIO COMÉRCIO ATACADISTA DE AREIAS LTDA-AI Nº755/09
815.185/2005-SIGMUNDO GOMIG-AI Nº754/09
815.109/2004-RUDNICK MINÉRIOS LTDA-AI Nº753/09
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
815.271/1995-CARLOS ALBERTO SCHUBERT EPP-OF. Nº3214/09
Indefere o Licenciamento(740)
815.563/1993-DRAGAGEM DE AREIA BARTSCH LTDA Autoriza averbação da Renovação do Registro de Licen-ça(742)
810.582/1979-BRITENGE BRITAGEM DE PEDRAS LT-DA.- Registro de Licença No.:25/1980 - Vencimento em 07/08/2019
815.470/2001-MACOFER MATERIAIS DE CONSTRU-ÇÃO FERNANDES LTDA- Registro de Licença No.:966/2002 - Vencimento em 22/07/2011
Indefere pedido de renovação do Registro de Licença(744)
810.218/1978-CERB CONSTRUTORA E EXPLORAÇÃO DE ROCHAS E BRITAGEM LTDA
Multa aplicada/ prazo para pagamento 30 dias(773)
815.097/1998-MANOEL LUIZ MARTINS ME -AI Nº295/09

MARCOS GERALDO ZUMBLICK
Substituto

13º DISTRITO

DESPACHOS DO CHEFE
RELAÇÃO Nº 114/2009

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
826.437/2001-ITA SERVIÇO DE BRITAGEM LTDA.- Cessionário:SOCIEDADE MAFRENSE DE ENGENHARIA LT-DA.- CPF ou CNPJ 76.555.762/0001-16- Alvará nº5.385/2001
826.015/2002-JOSÉ CARLOS FERRARESI - ME- Cessio-nário:SCHUMACHER AREIAS E ARGAMASSAS LTDA. ME- CPF ou CNPJ 07.236.044/0001-64- Alvará nº3.620/2002
826.016/2002-JOSÉ CARLOS FERRARESI - ME- Cessio-nário:SCHUMACHER AREIAS E ARGAMASSAS LTDA. ME- CPF ou CNPJ 07.236.044/0001-64- Alvará nº7.050/2002
826.686/2003-CLAUDEMIR ACCORDI- Cessionário:CO-MÉRCIO DE AREIA ACCORDI LTDA.- CPF ou CNPJ 03.139.472/0001-18- Alvará nº7.449/2005
826.356/2004-AEXMIL MINERADORA LTDA- Cessioná-rio:MÁRIO ISSAMU TAGUCHI- CPF ou CNPJ 080.518.609-34- Alvará nº8.460/2004
826.464/2004-AEXMIL MINERADORA LTDA- Cessioná-rio:MÁRIO ISSAMU TAGUCHI- CPF ou CNPJ 080.518.609-34- Alvará nº6.636/2005
826.327/2005-AEXMIL MINERADORA LTDA- Cessioná-rio:MÁRIO ISSAMU TAGUCHI- CPF ou CNPJ 080.518.609-34- Alvará nº14.505/2005
826.328/2005-AEXMIL MINERADORA LTDA- Cessioná-rio:MÁRIO ISSAMU TAGUCHI- CPF ou CNPJ 080.518.609-34- Alvará nº9.469/2006
826.259/2006-LUCIANO DALEFFE- Cessionário:PEDREI-RA PÉROLA LTDA. ME- CPF ou CNPJ 77.001.105/0001-90- Al-vará nº6.315/2006
826.608/2007-AEXMIL MINERADORA LTDA- Cessioná-rio:MÁRIO ISSAMU TAGUCHI- CPF ou CNPJ 080.518.609-34- Alvará nº12.992/2007
826.609/2007-AEXMIL MINERADORA LTDA- Cessioná-rio:MÁRIO ISSAMU TAGUCHI- CPF ou CNPJ 080.518.609-34- Alvará nº12.993/2007
826.610/2007-AEXMIL MINERADORA LTDA- Cessioná-rio:MÁRIO ISSAMU TAGUCHI- CPF ou CNPJ 080.518.609-34- Alvará nº12.994/2007
826.611/2007-AEXMIL MINERADORA LTDA- Cessioná-rio:MÁRIO ISSAMU TAGUCHI- CPF ou CNPJ 080.518.609-34- Alvará nº12.995/2007
826.622/2007-AEXMIL MINERADORA LTDA- Cessioná-rio:MÁRIO ISSAMU TAGUCHI- CPF ou CNPJ 080.518.609-34- Alvará nº12.996/2007

826.313/2008-AEXMIL MINERADORA LTDA- Cessioná-rio:MÁRIO ISSAMU TAGUCHI- CPF ou CNPJ 080.518.609-34- Alvará nº10.962/2008
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)
826.175/2006-GONDRO E CLAUDINO LTDA- Alvará nº8.320/2006 - Cessionário: AREAL SÃO LUIZ LTDA.- CNPJ 10.463.900/0001-29
Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
826.305/1999-DOMINGOS OLIVIO PAULUCI- Alvará nº17.581/2000 - Cessionário: PAULUCI COMERCIAL DE FER-RAGENS LTDA. EPP- CNPJ 78.571.791/0001-05
826.031/2000-OSCAR FOCK- Alvará nº3.378/2001 - Ces-sionário: CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.- CNPJ 79.825.006/0001-58
826.055/2001-EVERTON AGUSTINI- Alvará nº8.925/2001 - Cessionário: G R EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA.- CNPJ 77.145.225/0001-60
826.468/1995-JOSÉ CARLOS FERRARESI - ME- Alvará nº1.729/1998 - Cessionário: SCHUMACHER AREIAS E ARGA-MASSAS LTDA. ME- CNPJ 07.236.044/0001-64
826.339/2003-JOSÉ DA LUZ GOMES- Alvará nº6.819/2003 - Cessionário: JOSÉ DA LUZ GOMES BITATA- CNPJ 10.995.047/0001-96

RELAÇÃO Nº 115/2009

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
826.622/2008-EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
826.043/2008-ALEXANDRO OLIVEIRA SOARES-OF. Nº1.066/2009
826.013/2008-ALEXANDRO OLIVEIRA SOARES-OF. Nº1.066/2009
Fase de Autorização de Pesquisa
Defere pedido de reconsideração(262)
826.407/2001-PEDREIRA SANTIAGO LTDA
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
826.422/2000-LILIANE GRANDE TERNOSKI
826.460/2002-CERÂMICA BARELA LTDA.
826.391/2004-LUIZ ANTONIO DE SIQUEIRA BARROS
826.186/2006-CIMENTO RIO BRANCO S.A.
Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponi-bilidade para pesquisa(303)
826.396/1996-LUIZ CARLOS GRANDI
826.458/2002-MINERAÇÃO CERRADO GRANDE LTDA.
826.325/2003-CERÂMICA SUL PARANA LTDA.
826.354/2004-BUNGE FERTILIZANTES S/A.
826.305/2004-WALTER MARTINS DE OLIVEIRA AN-DREIS-ME
826.475/2005-NATALÍCIO MACHADO
826.494/2006-MINERAÇÃO CERRADO GRANDE LTDA.
826.775/2007-FLADEMIR SUBTIL DE MEDEIROS
826.148/2007-COMÉRCIO DE AREIA ACCORDI LTDA.
826.408/2007-ADROALDO BUENO - FIRMA INDIVI-

DUAL
826.058/2008-MARCILENE DA CONCEIÇÃO BRTO MI-RANDA-ME
826.056/2008-MARCILENE DA CONCEIÇÃO BRITO MIRANDA-ME
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
826.183/1994-CAMPINA GRANDE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA.-OF. Nº1.063/2009
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
826.183/1994-CAMPINA GRANDE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA.-OF. Nº1.062/2009
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
820.179/1984-MINERAÇÃO SPRÉA LTDA-OF. Nº921/2009
Auto de infração lavrado - prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(1078)
820.179/1984-MINERAÇÃO SPRÉA LTDA.- AI Nº345/2009

FRANCISCO NAILOR CORAL

16º DISTRITO

DESPACHOS DO CHEFE
RELAÇÃO Nº 23/2009

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
858.110/2007-EMPRESA DE MINERAÇÃO E PESQUISA DO AMAPÁ LTDA.-OF. Nº288/2009
858.104/2008-METAIS E MINÉRIOS DO AMAPÁ LTDA-OF. Nº241/2009
858.223/2008-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. Nº299/2009
858.201/2008-EDIVAL CARDOSO GOMES-OF. Nº300/2009

Indefere por interferência com área especial- Lei 9.985/2000-SNUC.(173)
858.034/2002-AUTO MECÂNICA MOTO STAR'S
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
858.075/2006-ROCHA E MELO LTDA-OF. Nº245/2009
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
858.003/2002-H.A. GURGEL-ME-AI Nº050/2009
Fase de Disponibilidade
Nega provimento ao pedido de reconsideração(369)
858.101/2004-LIMA E COSTA LTDA
Fase de Licenciamento
Indefere o Licenciamento(740)
858.010/2003-C.A.L. COUTINHO-ME
858.019/2003-AMAZON GLOBAL CONSULT LTDA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
858.026/2009-C R ALMEIDA S/A ENGENHARIA DE OBRAS-OF. Nº303/2009
858.031/2009-C R ALMEIDA S/A ENGENHARIA DE OBRAS-OF. Nº304/2009
858.032/2009-C R ALMEIDA S/A ENGENHARIA DE OBRAS-OF. Nº307/2009
858.033/2009-C R ALMEIDA S/A ENGENHARIA DE OBRAS-OF. Nº306/2009
858.035/2009-C R ALMEIDA S/A ENGENHARIA DE OBRAS-OF. Nº306/2009
Indefere requerimento de licença - área sem onera-ção/Port.266/2008(1281)
858.111/2008-RICHARDSON REGIO DA SILVA - EPP

RELAÇÃO Nº 28/2009

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
858.148/2008-STEEL NORDESTE MINERAÇÃO LTDA
858.185/2008-DORILENE SOARES THORPE
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa(170)
858.174/2008-GRAN-AMAPA DO BRASIL IMPORTA-ÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
858.049/2009-MINERAÇÃO VALE DOS REIS LTDA
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
858.061/2006-M JOSÉ ARAÚJO ME- Fonte Equinócio e Cristal - Marca Cristal da Serra - Embalagens de 350 ml, 350 ml (com gás), 500 ml (com gás), 1,00 litro, 1,50 litros, 10,0 litros e 20 litros- MACAPÁ/AP
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamen-to 30 dias(459)
850.832/1982-AM - AMAPÁ MINERAÇÃO LTDA.- AI Nº 065/2009

MARCIO ROBERTO PIMENTEL DE SOUSA

17º DISTRITO

DESPACHOS DO CHEFE
RELAÇÃO Nº 68/2009

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
864.003/2008-WALTER RODRIGUES JUNIOR
864.657/2008-GUILHERME PAVIE RIBEIRO
864.725/2008-KILLMALLOCK MINERAÇÃO DO BRA-SIL LTDA
864.822/2008-JOÃO DE LIMA ROLIM
864.895/2008-CÉSAR AUGUSTO DE SOUSA SENA
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
864.290/2006-BASE METALS EXPLORATION DO BRA-SIL S.A.
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
864.117/2008-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A
864.118/2008-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A
864.594/2008-KILLMALLOCK MINERAÇÃO DO BRA-SIL LTDA
864.662/2008-LOS ANDES MINERAÇÃO LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
864.368/2008-ANANIAS PONCE LACERDA NETO- Ces-sionário:IESA-Projetos, Equipamentos e Montagens S/A- CPF ou CNPJ 29.918.943/0001-80- Alvará nº5.034/2009



SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 2/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Notificação Administrativa I-TAH(154)
870.256/1990-GILDETE DA ANUNCIAÇÃO CORDEIRO SILVA- NOT. Nº4.420/2009

TEOBALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 3/2011

Fase de Licenciamento
Retificação de despacho(1391)
866.061/2001-SILVA & MACEDO SILVA LTDA - ME -
Publicado DOU de 21/09/2010, Relação nº 149/10, Seção 1, pág. 74-
Onde se lê: "Vencimento em 03/01/2011" - Leia-se: "Vencimento em 03/02/2011"

RELAÇÃO Nº 4/2011

Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de licenciamento(1669)
866.526/2008-CERAMICA LEVERGER LTDA-ME- DOU de 09/06/2010

RELAÇÃO Nº 5/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
866.272/2006-SAG-CONSTRUÇÃO MINERAÇÃO LTDA- OF. Nº834/10
866.838/2006-JOVINO LUIZ DE SOUZA-OF. Nº832/10
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina arquivamento definitivo do processo(565)
867.388/2007-CELSO LUIS KEMPF
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
867.206/2005-ANTONIO SALAZAR GARCIA
866.014/2006-BRAZMIN LTDA
866.076/2006-AURORA GOLD CORP. MINERACAO DE OURO LTDA
866.078/2006-AURORA GOLD CORP. MINERACAO DE OURO LTDA
866.079/2006-AURORA GOLD CORP. MINERACAO DE OURO LTDA
866.080/2006-AURORA GOLD CORP. MINERACAO DE OURO LTDA
866.081/2006-AURORA GOLD CORP. MINERACAO DE OURO LTDA
866.089/2006-TRANS PACIFIC GOLD MINERAÇÃO LT-DA

JOCY GONÇALO DE MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 2/2011

Licenciamento
Fica o abaixo relacionado NOTIFICADO para pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativo ao débito apurado da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.(1.79)
Processo de Cobrança nº 948.572/2009 NotificadoAzevedo Corretivos de Solos Ltda.
CNPJ 00.949.310/0001-57 NFLDP nº 004/2010
Valor: R\$ 7.453,71

CARLOS MAGNO BEZERRA CORTEZ

SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 1/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
864.206/2010-GENIVAL SERVULO DA COSTA-OF. Nº112/2010 - OUT/DNPM/TO
864.210/2010-MINERADORA RONCADOR SA-OF. Nº114/2010 - OUT/DNPM/TO
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)

864.614/2008-ELIZELTON GARAY NUNES- Cessionário:GEOBRAZ EXPLORATION LTDA ME- CPF ou CNPJ 10.706.934/0001-05- Alvará nº3077/2009
864.615/2008-ELIZELTON GARAY NUNES- Cessionário:GEOBRAZ EXPLORATION LTDA ME- CPF ou CNPJ 10.706.934/0001-05- Alvará nº306/2009
864.617/2008-ELIZELTON GARAY NUNES- Cessionário:GEOBRAZ EXPLORATION LTDA ME- CPF ou CNPJ 10.706.934/0001-05- Alvará nº308/2009
864.618/2008-ELIZELTON GARAY NUNES- Cessionário:GEOBRAZ EXPLORATION LTDA ME- CPF ou CNPJ 10.706.934/0001-05- Alvará nº309/2009
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
864.020/2006-WALDSO ALVES PEREIRA JUNIOR-SÃO VALÉRIO DA NATIVIDADE/TO - Guia nº 011/2010-6.000TONE-LADAS-MANGANÊS- Validade:20/10/2012
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
864.222/2010-COMPANHIA ENERGÉTICA SÃO SALVA-DOR -Alvará Nº13.658/2010
864.223/2010-COMPANHIA ENERGÉTICA SÃO SALVA-DOR -Alvará Nº13.659/2010
864.246/2010-VÓRTICE CONSULTORIA MINERAL -Alvará Nº16.995/2010
864.247/2010-VÓRTICE CONSULTORIA MINERAL -Alvará Nº16.996/2010
864.248/2010-VÓRTICE CONSULTORIA MINERAL -Alvará Nº16.997/2010
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
864.133/2000-UILE REGINALDO PINTO-ESMERALDA Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
864.282/2003-XSTRATA BRASIL EXPLORAÇÃO MINE-RAL LTDA.
864.283/2003-XSTRATA BRASIL EXPLORAÇÃO MINE-RAL LTDA.
864.285/2003-XSTRATA BRASIL EXPLORAÇÃO MINE-RAL LTDA.
864.366/2007-CORCOVADO GRANITOS LTDA
Auto de Infração multa - início da pesquisa não comunicado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(1407)
864.515/2005-PHYSICAL EXTRAÇÃO INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA.- AI Nº605/2010 - DNPM/TO
864.269/2008-JOÃO HÉLIO TEIXEIRA MONTEIRO ME-AI Nº614/2010 - DNPM/TO
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
864.489/2010-IVANILTO GONÇALVES ALENCAR-OF. Nº231/2010
Fase de Disponibilidade
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(1842)
864.123/2002-COMPANHIA DE MELHORAMENTOS DO OESTE DA BAHIA - CMOB- AI Nº603/2010 - DNPM/TO

JOAQUIM TOMAZ DE SOUZA NETO

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 222/2010

Fase de Requerimento de Lavra
Torna sem efeito Notificação Administrativa I-TAH(154)
896.091/1999-FORNO GRANDE PEDRAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA EPP- NOT. Nº873/2009 - 2º DS/DNPM/ES
Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito declaração de prioridade a disponibilidade ART 26(537)
896.955/1995-DAVI ZOTTI-DOU de 10/08/2010

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

PORTARIA Nº 1, DE 6 DE JANEIRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 806.104/2009, resolve:

Art. 1º Outorgar à GESSOMAR INDUSTRIA DE GESSO DO MARANHÃO LTDA, concessão para lavrar GIPSITA - INDUSTRIAL, no(s) Município(s) de CODÓ/MA, numa área de 1.000,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 04°52'15,009"S/44°03'19,966"W; 04°52'15,008"S/44°04'05,112"W; 04°49'58,278"S/44°04'05,109"W; 04°49'58,278"S/44°04'05,401"W; 04°49'51,181"S/44°04'05,401"W; 04°49'51,179"S/44°04'57,327"W; 04°49'08,858"S/44°04'57,325"W; 04°49'08,860"S/44°03'25,093"W; 04°49'18,626"S/44°03'25,093"W; 04°49'18,626"S/44°03'19,966"W; 04°52'15,009"S/44°03'19,966"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 04°52'15,009"S e Long. 44°03'19,966"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1391,0m-W; 4200,0m-N; 9,0m-W; 218,0m-N; 1600,0m-W; 1300,0m-N; 2842,0m-E; 300,0m-S; 158,0m-E; 5418,0m-S.

seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1391,0m-W; 4200,0m-N; 9,0m-W; 218,0m-N; 1600,0m-W; 1300,0m-N; 2842,0m-E; 300,0m-S; 158,0m-E; 5418,0m-S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CLAUDIO SCLIAR

PORTARIA Nº 2, DE 6 DE JANEIRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 858.050/2006, resolve:

Art. 1º Outorgar à ÁGUA MINERAL ANDINA LTDA., concessão para lavrar ÁGUA MINERAL, no(s) Município(s) de MACAPÁ/AP, numa área de 50,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 00°13'12,557"N/51°06'35,000"W; 00°13'12,557"N/51°06'35,000"W; 00°13'12,557"N/51°06'18,830"W; 00°12'40,000"N/51°06'18,830"W; 00°12'40,000"N/51°06'35,000"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 00°12'40,000"N e Long. 51°06'35,000"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1000,0m-N; 500,0m-E; 1000,0m-S; 500,0m-W.

Art. 2º Fica estabelecida a área de proteção desta Fonte, com extensão de 50 ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 00°12'40,000"N/51°06'35,000"W; 00°13'12,557"N/51°06'35,000"W; 00°13'12,557"N/51°06'18,830"W; 00°12'40,000"N/51°06'18,830"W; 00°12'40,000"N/51°06'35,000"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 00°12'40,000"N e Long. 51°06'35,000"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1000,0m-N; 500,0m-E; 1000,0m-S; 500,0m-W.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CLAUDIO SCLIAR

PORTARIA Nº 3, DE 6 DE JANEIRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 870.265/2003, resolve:

Art. 1º Outorgar à AM MINERAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, concessão para lavrar AREIA - CONSTRUÇÃO CIVIL, no(s) Município(s) de DIAS D'ÁVILA/BA, numa área de 49,96ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 12°37'13,800"S/38°13'25,700"W; 12°37'13,800"S/38°12'59,192"W; 12°36'46,139"S/38°12'59,193"W; 12°36'46,137"S/38°12'14,463"W; 12°36'42,883"S/38°12'14,463"W; 12°36'42,885"S/38°13'01,877"W; 12°37'00,783"S/38°13'01,877"W; 12°37'00,783"S/38°13'25,700"W; 12°37'13,800"S/38°13'25,700"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 12°37'13,800"S e Long. 38°13'25,700"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 800,0m-E; 850,0m-N; 1350,0m-E; 100,0m-N; 1431,0m-W; 550,0m-S; 719,0m-W; 400,0m-S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CLAUDIO SCLIAR

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
DIRETORIA DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 66, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010

Aprova os procedimentos para atualização cadastral e os formulários de coleta do Sistema Nacional de Cadastro Rural, instituído pela Lei nº 5.868, de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 72.106, de 1973 e alterada pela Lei nº 10.267, de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.449, de 30 de outubro de 2002 e pelo Decreto nº 5.570, de 31 de novembro de 2005, e em conformidade com o art. 46 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.